

A Nação tem pressa

24 JUN 1997

O Brasil pode ter um dos mais velozes ritmos de crescimento econômico do mundo ou entrar no atoleiro da mediocridade, no começo do próximo século. A agricultura e a indústria têm as condições básicas de produção para uma nova arrancada, se alguns obstáculos forem removidos. Meios para garantir uma expansão sustentável poderão ser criados, se não for proibido prosperar. Mas não haverá prosperidade, nem estabilidade, se as decisões políticas corretas não forem tomadas. Para cobrar essas decisões, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) decidiu promover o "Fórum das Reformas: a Nação Tem Pressa", com a participação de políticos, empresários e economistas. O recado essencial é um estudo preparado por economistas da Universidade de São Paulo (USP). Eles tentaram calcular quanto o País perde ou deixa de ganhar por causa da não-realização das reformas tributária, administrativa e previdenciária. Para mencionar só os pontos principais, perde metade do crescimento possível e a criação anual de 1,8 milhão de empregos.

Participaram do Fórum, ontem, os presidentes do Senado, Antônio Carlos Maga-

lhães, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, além do senador José Serra e do deputado Antônio Delfim Netto. Na próxima segunda, o estudo será entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso pelo presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira. Os líderes da indústria paulista decidiram, tudo indica, pôr nessa cobrança uma ênfase pouco freqüente nas suas ações políticas. Para isso, no entanto, precisam não deixar o assunto esvaziar-se depois do Fórum e da entrega do estudo ao presidente da República. Este se queixou, há poucos dias, do pouco empenho político dos grupos favoráveis às reformas, em contraste com a eficiente mobilização dos adversários.

Segundo o estudo, a economia brasileira poderá voltar a crescer velozmente, com ritmo anual médio de 7%, se conseguir livrar-se de algumas amarras criadas ou reforçadas pela Constituição de 1988. Será o dobro da velocidade mantida nos anos 90. Se isso ocorrer, o Brasil estará voltando ao padrão observado durante



uns 40 anos, até o final dos anos 70. Foi, apesar de toda a turbulência política e de períodos difíceis na economia, uma fase de grandes transformações econômicas e sociais. Urbanizou-se a maior parte da população e construiu-se o mais diversificado sistema industrial do Terceiro Mundo. Mas esse impulso se esgotou, e não só por causa da crise dos anos 80. O País não foi capaz de completar a passagem

— o percurso da industrialização inicial, sob forte proteção, para uma economia aberta, com forte potencial de exportação e integrada no mercado internacional.

Alguns passos para essa transformação foram dados, com a abertura comercial, as privatizações, ainda incompletas, as novas condições de tratamento do capital estrangeiro e a baixa da inflação. Mas a passagem requer mudanças muito mais amplas. O poder de competição não depende apenas da indústria ou da agricultura, mas de uma porção de fatores ambientais. Um governo com déficit estrutural, sem condição de financiamento não inflacionário, é incapaz de

criar poupança pública. Além disso, dificulta o investimento privado, porque retira recursos do mercado e encarece o capital, ao disputá-lo no mercado financeiro. Desse desajuste resulta a insuficiência de recursos, para modernizar a infra-estrutura, formar mão-de-obra e investir na produção ou na mera adaptação de tecnologia. Num ambiente desse tipo, é provável que haja interesses

Sem reformas, a economia não só cresce menos como ainda pode perder espaço no mercado mundial

corporativos encastelados no setor público e em serviços essenciais, como os portuários. É o caso brasileiro. Tudo isso torna ainda mais complicada a competição com os produtores estrangei-

ros. A incapacidade de competir destrói mais empregos que a modernização e impede a criação de oportunidades alternativas.

Todos esses problemas tendem a agravar-se. O custo das reformas não consiste, portanto, apenas no que o País deixa de ganhar, mas também no enfraquecimento crescente da economia em relação ao resto do mundo. Mais do que a estagnação, o atraso nas reformas produz o retrocesso.